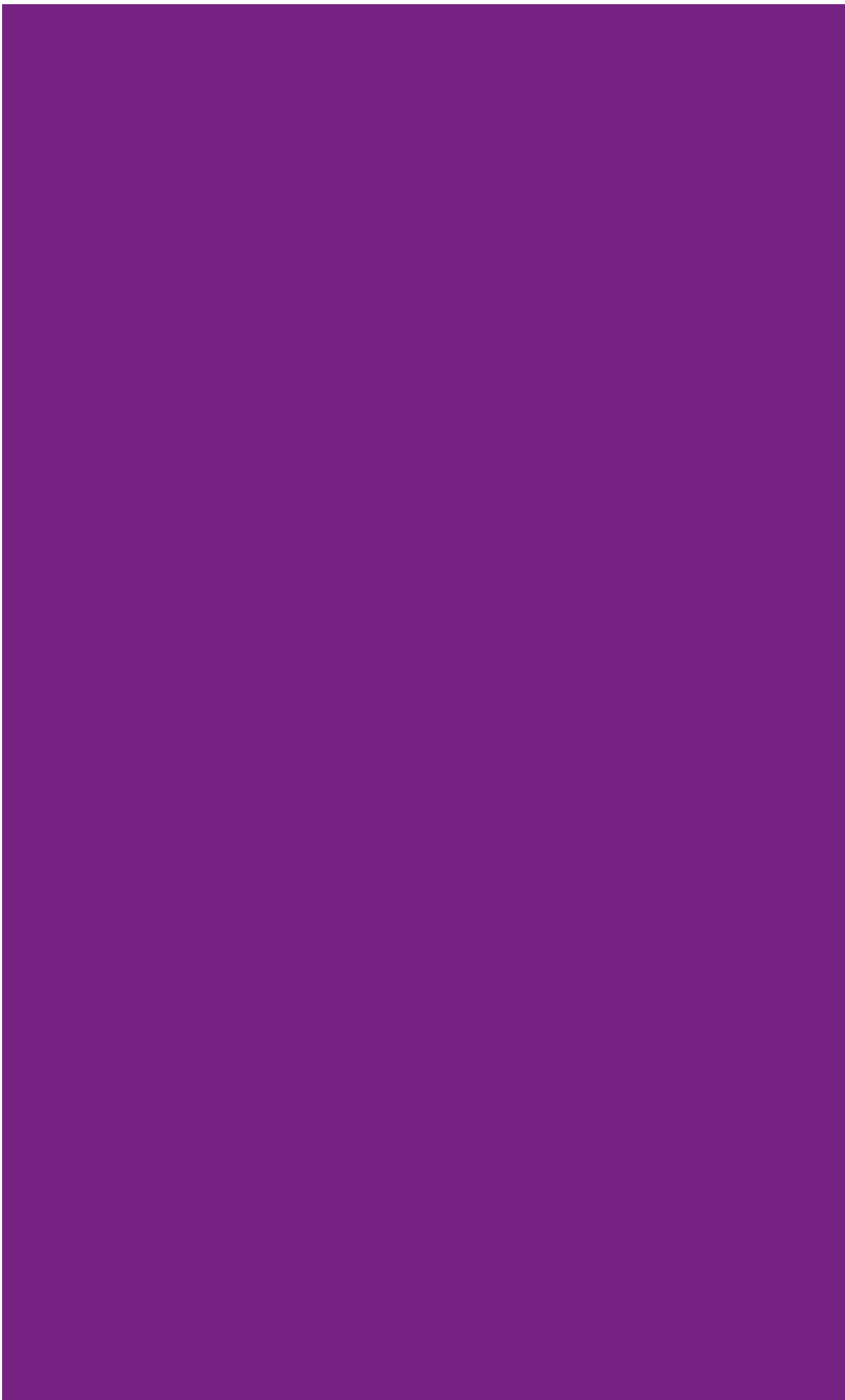


Ronda Maria da Penha de Manaus PMAM

Manaus (AM)

Giane Silvestre





Ronda Maria da Penha de Manaus PMAM

Manaus (AM)

Giane Silvestre



Nome da Experiência: Ronda Maria da Penha PMAM



Corporação: Polícia Militar do Amazonas



Cidade/UF: Manaus (AM)



Data de início da experiência: 30 de setembro de 2014

Data da visita à experiência: 17 e 18 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Tenente Hellen Keuren Siqueira Feijó

RESUMO

O projeto **Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas (RMP-PMAM)** visa a proteção de mulheres em situação de violência doméstica através da fiscalização do cumprimento de medidas protetivas decretadas pela justiça. O projeto é implementado em dois bairros de Manaus por uma equipe de oito policiais militares (praças e oficiais) destacada exclusivamente para o projeto, com treinamento, identificação e sensibilização para as questões de gênero e violência doméstica. Quando uma mulher – que reside em um dos bairros de atuação do projeto – realiza um registro de violência doméstica, os/as policiais da Ronda Maria da Penha são acionados/as pela própria delegacia e passam a patrulhar as áreas próximas à residência da mulher, zelando por sua integridade física e garantindo o afastamento do autor da violência. Também são realizadas visitas periódicas às casas das mulheres, o que acaba proporcionando um laço de confiança e aproximação entre a polícia e a comunidade.

INTRODUÇÃO

O projeto Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas (RMP-PMAM) trabalha no sentido de qualificar os serviços de atendimento, apoio e orientação policial no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. As ações do projeto buscam garantir o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), evitando o descumprimento de ordem judicial e zelando pela integridade física das mulheres em situação de violência. Além disso, a Ronda realiza o encaminhamento dessas mulheres à Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica – também chamada de Rede Rosa –, que é composta por outras instituições, como o Poder Judiciário e a assistência social, e que será descrita mais adiante.

O projeto RMP-PMAM foi implantado na cidade de Manaus em 30 de setembro de 2014, inicialmente na área da 27ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM)¹, que compreende o bairro Novo Aleixo. A partir do início do mês de maio de 2015, o projeto também passou a ser implementado na área da 13ª CICOM, que abrange o bairro Cidade de Deus. Os dois bairros juntos possuem uma população de aproximadamente 167.000 pessoas.

A ideia do projeto surgiu quando o capitão Guilherme Sette da PMAM, que ocupava uma posição na Secretaria de Segurança do Estado, viajou para Porto Alegre e conheceu um projeto de Patrulha Maria da Penha naquela cidade. Ao retornar a Manaus, o referido capitão buscou apoio político e recursos financeiros para implementar o projeto na cidade. A Ronda de Manaus, entretanto, possui uma diferença em relação à prática na qual foi inspirada, uma vez que os/as policiais iniciam o acompanhamento das mulheres no momento em que a medida protetiva é solicitada na delegacia e não somente após a notificação do autor da violência. De acordo com a equipe do projeto, essa iniciativa aumenta a segurança das mulheres em situação de violência doméstica, já que muitas vezes os autores são notificados dias ou meses após o registro da mulher na delegacia.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto funciona de segunda a sexta, das 8h às 20h, e não visa o atendimento de ocorrências, mas sim o atendimento pós-delito, inspirado na ideia de polícia comunitária. A Ronda Maria da Penha da PMAM conta com uma

1. A cidade de Manaus é dividida em seis grandes áreas de policiamento e essas áreas se subdividiram em 30 subáreas chamadas de Companhia Interativa Comunitária (CICOM). Todas as CICOM de Manaus contam com uma base da PM e uma Delegacia de Polícia funcionando no mesmo prédio.

sala ampla dentro do prédio da 27ª CICOM, onde são desenvolvidas as atividades administrativas, bem como o atendimento das mulheres em situação de violência quando necessário.

Os membros da equipe são policiais que têm em torno de 35 anos de idade e menos de dez anos de carreira na PMAM, ou seja, são policiais jovens, que também se identificam com a ideia de policiamento comunitário e tratam do tema do enfrentamento à violência doméstica como uma questão pública e não privada.

As mulheres em situação de violência chegam ao projeto basicamente de duas formas: via delegacia ou pelo contato direto com a Ronda. Existem apenas duas delegacias especializadas em crimes contra a mulher em Manaus e elas atendem queixas da cidade toda - a primeira fica no bairro Parque 10, área não atendida pela RMP-PMAM, e a segunda é uma unidade anexa ao Distrito Integrado de Polícia (DIP) do bairro Cidade de Deus, área de atuação do projeto. Quando uma mulher que reside nos bairros atendidos pelo projeto (Novo Aleixo e Cidade de Deus) presta queixa em uma dessas duas unidades e a ela são solicitadas Medidas Protetivas de Urgência, a delegacia se comunica por contato telefônico com a equipe da Ronda Maria da Penha que, de imediato, passa a acompanhar o caso. De acordo com a equipe, a decretação das MPUs costuma ser rápida, especialmente nos casos em que a Ronda acompanha desde o registro na delegacia.

A RMP-PMAM também atende aos chamados diretos da população quando solicitada, ou seja, funciona como uma porta de entrada para a rede de proteção às mulheres em situação de violência. O projeto possui um número de telefone direto, que fica fixado na viatura e é divulgado em locais como escolas, centros comunitários e igrejas. As mulheres que residem na área de atuação da RMP-PMAM podem ligar para o telefone e, se necessário, a Ronda pode intervir no momento do chamado e levar a mulher até a delegacia para o registro da ocorrência e para o Instituto Médico Legal (IML) para a realização de exames. A mulher é atendida pelos/as policiais que compõem a equipe da Ronda e o atendimento pode se dar tanto em sua casa, quanto na base do projeto, a depender de cada caso - já houve situações em que a mulher foi atendida dentro da viatura.

Após o atendimento inicial, a mulher passa a receber visitas constantes da RMP-PMAM, tanto nas áreas próximas, quanto em sua residência a fim de garantir o afastamento do autor da violência, evitar a reincidência das agressões e levar amparo à mulher. A periodicidade das visitas varia de acordo com cada situação e também de acordo com a demanda das próprias mulheres atendidas pelo projeto.

O tempo de acompanhamento também varia de acordo com cada caso. Em geral, as visitas e o acompanhamento são encerrados após os/as policiais entenderem que as mulheres não correm mais riscos, com o fim dos episódios de violência, ou ainda por solicitação das próprias mulheres atendidas, que já não se sentem mais ameaçadas.

A equipe aponta que o foco do projeto não é o fim de relacionamentos, mas sim o fim da violência, já que a maior parte das mulheres que busca o projeto relata forte envolvimento emocional com os autores das agressões e busca formas de romper com a violência recorrente, sem necessariamente acabar com a relação. Vale destacar, entretanto, que não há por parte da RMP-PMAM uma tentativa de promover a reconciliação da mulher e do autor da violência; o que há é uma compreensão sobre a complexidade do problema e das relações sociais ligadas à violência doméstica, além de um respeito à autonomia e decisão da mulher. Daí a importância de uma equipe formada por policiais qualificado/as para lidar com o enfrentamento da violência doméstica, bem como a importância da rede de instituições que acolhe e orienta essas mulheres.

Neste sentido, a Rede Rosa, da qual a RMP-PMAM faz parte, promove no Juizado de Violência Doméstica de Manaus encontros periódicos com os autores de violência buscando a conscientização sobre a violência de gênero e a necessidade de mudanças na cultura e sociabilidade destes homens. Os/as policiais da Ronda frequentemente comparecem a essas palestras explicando o funcionamento do projeto e a sua função de zelar pelas mulheres em situação de violência doméstica.

A equipe de policiais da RMP-PMAM também está preparada para oferecer acolhimento e suporte emocional às mulheres, especialmente às mais vulneráveis, fortalecendo-as para o enfrentamento da violência e para o fim da auto culpabilização em relação às agressões sofridas.

INFRAESTRUTURA

A equipe da Ronda dispõe de computadores, mesas, cadeiras e armários, uma viatura e oito policiais militares, sendo cinco mulheres (duas oficiais e três praças) e três homens (praças), destacados/as exclusivamente para atuarem no projeto da Ronda Maria da Penha. Os/as policiais são qualificados/as para lidar com o enfrentamento da violência doméstica e contam com uma viatura caracterizada com a identidade visual do projeto e uma sala dentro da CICOM que fica no bairro Novo Aleixo.

INSTITUCIONALIDADE

O projeto RMP-PMAM é regulamentado por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública (Portaria nº 0192/2014-GS/SSP) datada de 29 de setembro de 2014. Apesar disso, segundo a própria equipe da Ronda, o projeto carece de outros marcos legais que fortaleçam a sua institucionalização, afastando ameaças de descontinuidade ou descaracterização da Ronda Maria da Penha nos termos em que funciona na atualidade.

À época da visita, o projeto não contava com uma dotação orçamentária específica, no entanto, os membros da equipe destacaram que seu custo não é alto, sendo que o principal gasto é com a manutenção da viatura policial, prevista no orçamento geral da Polícia Militar (PM). O projeto tem ainda gastos com material gráfico (folders, panfletos, cartões de visita, entre outros) que não são subsidiados pela PM e para os quais a equipe da Ronda busca patrocínios ou custeia com o dinheiro da própria equipe.

Está previsto que o governo do Amazonas implemente, ainda no ano de 2017, um projeto intersetorial de redução da violência letal em um bairro da cidade de Manaus. Nesse projeto, chamado “Todos pela vida”, a Ronda Maria da Penha seria incorporada como uma das ações que integram a estratégia de “redução da violência letal decorrentes de conflitos interpessoais” e passaria a ter uma dotação orçamentária própria para expandir sua atuação para mais um bairro da cidade. A ideia é que o orçamento seja destinado a custear, além dos materiais necessários ao desenvolvimento do projeto, a promoção de novos cursos de qualificação da equipe.

PROTOCOLOS

Existe um protocolo de registros dos atendimentos formado por cinco certidões internas, são elas: certidão negativa de endereço (preenchida quando o endereço da mulher não for encontrado); certidão de fiscalização de medida protetiva com presença do companheiro no lar (preenchida quando o autor da violência estiver na residência da mulher); certidão de informação de término de atendimento à mulher (quando ela já se sente segura, e o autor da violência não oferece mais risco - o documento deve conter assinatura da mulher); certidão de recusa de atendimento por parte da mulher (casos em que, por diversas razões, o atendimento da Ronda Maria da Penha é recusado - essa certidão conta com a assinatura de testemunhas) e certidão de mulher em situação de vulnerabilidade (quando a mulher continua recebendo ameaças ou aproximação do autor da violência, ainda que com a medida protetiva). A última certidão é encaminhada com urgência à Dele-

gacia da Mulher, juntamente com todos os Boletins de Ocorrência e Relatório de Visitas. Os dados das mulheres são ainda consolidados em um banco de dados georreferenciado que orienta o cronograma das visitas realizadas pela Ronda Maria da Penha.

Delegacias da mulher

A primeira delegacia da mulher no Brasil foi criada em São Paulo, em agosto de 1985, representando uma importante conquista no combate à violência contra as mulheres no país. O Decreto 23.769 que criava a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), de 6 de agosto de 1985, estabelecia que as delegacias deveriam investigar delitos cometidos contra pessoas do sexo feminino. Outras delegacias – DDMs, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) ou Delegacias Especializadas em Crimes Contra a Mulher (DECCMs) - subordinadas às Delegacias Gerais da Polícia Civil de cada estado, foram abertas pelo país nas últimas décadas.

Criadas para oferecer um ambiente receptivo para que as mulheres se sintam seguras para denunciar casos de violência, as delegacias devem contar com policiais especializados/as capazes de oferecer proteção efetiva e medidas preventivas para combater a violência contra as mulheres.

Fonte: PASINATO, W. e MACDOWELL SANTOS, C. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. p.3.

PARCERIAS

A equipe da Ronda Maria da Penha trabalha com órgãos parceiros que interagem e formam a Rede Rosa para o enfrentamento da violência de gênero. Dentro da Rede estão inseridos o Tribunal de Justiça, através das varas de violência doméstica, o Ministério Público, Defensoria Pública, a Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres, o Instituto de Médico Legal – com a Sala Rosa, a Secretaria de Justiça, a Polícia Civil e a Secretaria de Assistência Social. Assim, além de atuar fiscalizando o cumprimento das medidas protetivas, a RMP-PMAM identifica os casos graves, orienta, esclarece dúvidas e encaminha para os diversos órgãos da Rede. Além da Ronda Maria da Penha, compõem esta rede as seguintes instituições com as respectivas atribuições:

- A Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM) e Distritos Integrados de Polícia (DIP) – A primeira é uma delegacia especializada em atendimento às mulheres e a segunda diz respeito às delegacias comuns. Todas realizam os registros dos casos, determinam a abertura de inquéritos e solicitam as Medidas Protetivas de Urgência;

- Sala Rosa do Instituto Médico Legal (IML) – Situada dentro do Departamento de Polícia Técnico-Científica, tem como objetivo oferecer um acolhimento diferenciado e privativo às mulheres em situação de violência. Conta com a atuação de uma psicóloga, duas assistentes sociais e estagiárias dos cursos de enfermagem e assistência social;
- Serviço de Apoio Emergencial à Mulher (SAPEM) – A Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (SEJUSC) presta atendimento à mulher em situação de violência e a seus dependentes, com assistentes sociais e psicólogos, bem como encaminha situações graves para a Casa Abrigo;
- Juizado de Violência Doméstica e Familiar – Tem como função específica apreciar os processos com base na Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, as assistentes sociais e psicólogos do JVD organizam o grupo Maria Acolhe, que faz reuniões semanais com mulheres em situação de violência e também com autores (em dias diferentes) a fim de promover as discussões e conscientização em torno da violência doméstica. Os/as policiais da RMP-PMAM participam de algumas destas reuniões;
- Defensoria Pública – No Amazonas, mantém o Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher (NAEM) situado dentro do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CREAM). Os/as Defensores/as Públicos/as orientam e defendem os direitos das mulheres em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas perante a Justiça Estadual.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Todos/as os/as policiais que integram o projeto foram pré-selecionados/as com base em uma análise de perfil e antecedentes, que selecionou policiais sem envolvimento com casos de violência (não apenas doméstica). O perfil dos/as policiais é orientado pela premissa do policiamento comunitário, com uma abordagem sensível às questões de gênero e ao enfrentamento da violência doméstica. A partir dessa seleção, os/as policiais passaram por um curso de capacitação intitulado Curso Ronda Maria da Penha, com carga horária de 48 horas, no qual foram trabalhadas diversas disciplinas relacionadas não somente à Lei Maria da Penha, mas também à realidade do estado do Amazonas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No período de 30/09/2014 a 13/02/2017 a Ronda Maria da Penha realizou 4.041 visitas contemplando 628 mulheres em situação de violência doméstica. Entre essas 628 mulheres, 31 ainda permaneciam em atendimento e 597 mulheres já haviam solicitado o fim das visitas por se sentirem seguras com o afastamento do autor da violência. Além das 628 mulheres atendidas, 110 não haviam sido encontradas no endereço fornecido no Boletim de Ocorrência, tampouco, por contato telefônico, e outras 151 vítimas não residiam na área de atuação do projeto – neste caso, a RMP-PMAM não faz o acompanhamento das medidas protetivas. Segundo os dados consolidados pela equipe da RMP-PMAM, houve reincidência de casos de violência com 43 mulheres, ou seja, estas mulheres voltaram a sofrer violência durante o acompanhamento da RMP-PMAM, o que representa 7% do total de mulheres atendidas pelo projeto.

TABELA 1: *Atendimento da RMP-PMAM de 30/09/2014 a 13/02/2017.*

MULHERES ATENDIDAS/ SITUAÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Mulheres com casos encerrados	597	95%
Mulheres em atendimento	31	5%
TOTAL DE MULHERES	628	100%

Fonte: Equipe Ronda Maria da Penha da PMAM.

A equipe da Ronda também trabalhou na consolidação de um banco de dados com as informações georreferenciadas sobre as mulheres atendidas pelo projeto, o que permite a otimização e o planejamento das visitas. Esse ponto chama atenção pela organização das informações, especialmente quando se considera o tamanho reduzido da equipe (oito policiais).

DESAFIOS

Um dos principais pontos de fragilidade a ser superado pelo projeto é a falta de um marco legal que não o deixe vulnerável diante das mudanças de orientação no comando da Polícia Militar. Atualmente, a iniciativa é regulamentada somente por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública, e houve um mo-

mento em que a RMP-PMAM esteve ameaçada por conta de diferente entendimento do comando em relação à necessidade de uma equipe exclusiva para o atendimento das mulheres. O atual comando é favorável ao projeto nos moldes em que ele funciona hoje.

Outro ponto crítico é a falta de orçamento específico, o que leva a equipe a se mobilizar em busca de patrocínios e disponibilizar recursos próprios para a confecção de materiais não custeados pela PM. A falta de um orçamento próprio também limita o treinamento e a qualificação continuada dos/as policiais para questões específicas do trabalho ligado às abordagens de gênero e violência doméstica.

A restrição do projeto a somente dois bairros de Manaus também é um desafio a ser superado. Como visto nos dados apresentados acima, 151 mulheres não puderam ser atendidas pela Ronda por residirem fora da área de atuação do projeto. Dessa forma, a ampliação da área de atendimento, bem como da equipe, se faz necessária para um efetivo atendimento às mulheres em situação de violência em Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um projeto de atuação restrita a dois bairros e com uma equipe relativamente pequena, a Ronda Maria da Penha da Manaus se mostrou eficaz no seu objetivo e tem potencial para ser expandida a outros locais e inspirar experiências similares. Os/as profissionais que atuam na equipe mostram engajamento e sensibilidade nas questões de gênero e violência doméstica, o que pode ser consequência da seleção de perfil e treinamento da equipe descritos acima.

O projeto RMP-PMAM tem um potencial transformador na relação entre a sociedade civil, o/a cidadão/ã, e os/as agentes públicos/as. As mulheres entrevistadas relataram uma mudança na visão sobre a polícia a partir do contato com a Ronda Maria da Penha, devido a uma transformação na perspectiva sobre a relação entre a corporação e a sociedade. Notou-se que a presença da RMP-PMAM na casa das mulheres, além de inibir a presença do autor da violência, aumenta a confiança da população na instituição policial e no seu funcionamento.

Foi pontuado ainda que as medidas protetivas nem sempre são cumpridas por parte dos autores da violência, em muitos casos por desacreditarem nas instituições e na aplicação da lei, mas a presença de uma viatura caracterizada atuando na proteção da vida das mulheres promove uma mudança

no pensamento sobre o funcionamento da justiça, das instituições policiais e aplicação da lei.

Por fim, a rede formada por diferentes órgãos para o atendimento diferenciado das mulheres em situação de violência doméstica se mostrou um exemplo positivo de política intersetorial, com forte articulação e um bom fluxo de troca de informações.

